



ANTONIO COTRIM/LUSA

PS garante aprovação da multidisciplinaridade

Regras ■ Revisão dos Estatuto da Ordem dos Advogados, que rege o funcionamento da profissão, é votada esta sexta-feira. “É mudar completamente as regras da advocacia em Portugal”, diz a ASAP.

Mariana Bandeira
mbandeira@medianove.com

Esta sexta-feira que a Assembleia da República (AR) vai votar os diplomas de alteração ao Estatuto da Ordem dos Advogados, onde consta a regulação das sociedades multidisciplinares, e ao regime jurídico dos atos de advogados e solicitadores, ambos vetados pelo Presidente da República. A maioria socialista está em contrarrelógio para aprovar estas leis até à dissolução do Parlamento ainda este mês e às eleições de março.

A associação das sociedades de advogados considera que o tema é “muito importante” para ser discutido “muito à pressa”, portanto deveria ter sido deixado para a próxima AR debater “com tempo e ponderação”.

“Há uma pressão que que não entendemos. O Governo diz que é [pressão] da Comissão Europeia por causa do PRR, mas a verdade é que há temas que não são da Comissão Europeia, como os atos próprios. Excede, porque a Comissão Europeia, a OCDE e as várias entidades têm pressionado governos só no sentido de uma maior liberalização na entrada [na profissão]”, diz ao Jornal Económico (JE) o presidente da Associação das Sociedades de Advogados de Portugal (ASAP).

José Luís Moreira da Silva cre que o plenário desta manhã, dia 5 de janeiro, não trará surpresas e afirma que “o Governo está a ir muito além da Comissão Europeia”, uma vez que os alertas de Bruxelas não abrangem as alterações aos estágios remunerados, sem garantias de que os escritórios têm capacidade de pagar, e aos atos próprios.

“Não é tanto as medidas individualmente tomadas, mas é o conjunto delas todas. Ou seja, se misturarmos as sociedades multidisciplinares, a restrição brutal dos atos próprios de advogados, a criação do órgão de supervisão com maioria de não advogados na Ordem... É mudar completamente as regras da advocacia em Portugal”, defende o presidente da ASAP e sócio da SRS Legal ao JE.

Há duas semanas, a Comissão Europeia aprovou 2,6 mil milhões de euros do PRR para Portugal, mas suspendeu parcialmente o pagamento de uma verba devido a metas por cumprir, inclusive esta regulamentação das profissões. O primeiro-ministro, António Costa, disse que se o parlamento confirmar os diplomas vetados por Marcelo Rebelo de Sousa “isso permitirá, nos próximos meses, desbloquear a parte da verba que não será paga”

enquanto a reforma dos estatutos das ordens estiver por fazer.

“Terão ficado [congelados] 800 milhões, mas não dizem ao certo por causa de quê. Eu posso avançar várias hipóteses alternativas, como o grau miserável de execução do PRR. Talvez se o Governo tivesse conseguido uma execução maior a tranche tivesse vindo por inteiro...”, conjectura José Luís Moreira da Silva.

O deputado João Cotrim de Figueiredo, da Iniciativa Liberal, lamentou que “quando Bruxelas acena com a cenoura do PRR, o Governo cede”, durante a reapreciação dos diplomas na quarta-feira. Para o PCP, esta é a “maior trapalhada legislativa do século XXI”. “São opções políticas que se traduziram em sociedades multidisciplinares, com todos os riscos que comportam, e precarização do exercício da profissão”, referiu Bruno Dias.